

EÓLICA PINDAÍ II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis de
acordo com as práticas adotadas no Brasil
31 de dezembro de 2024
REA 171/2025

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	4
Balanco Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado.....	10
Demonstração do Resultado Abrangente.....	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	13
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS.....	14
a. Base de preparação.....	14
b. Moeda funcional e moeda de apresentação.....	14
c. Continuidade operacional.....	15
d. Uso de estimativas e julgamentos.....	15
e. Ajuste a valor presente.....	15
f. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes.....	15
f.1. <i>Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024.....</i>	15
f.2. <i>Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.....</i>	16
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	18
a. Instrumentos financeiros.....	18
a.1. <i>Ativos financeiros.....</i>	18
a.2. <i>Passivos financeiros.....</i>	19
b. Imobilizado.....	20
b.1. <i>Mensuração.....</i>	20
b.2. <i>Depreciação.....</i>	20
c. Intangíveis.....	20
d. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – <i>Impairment</i>	20
e. Imposto de renda e contribuição social.....	20
f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	21
g. Receita de contrato com cliente.....	21
4. GESTÃO DE RISCO.....	21
a. <i>Risco de mercado.....</i>	21
b. <i>Riscos regulatórios.....</i>	21
c. <i>Risco operacional.....</i>	21
d. <i>Risco de liquidez.....</i>	21
e. <i>Risco de crédito.....</i>	22
f. <i>Risco da escassez de vento.....</i>	22
4.1 Gestão de capital.....	22
5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	23
6. CONTAS A RECEBER.....	23
7. ADIANTAMENTOS.....	23
8. DESPESAS ANTECIPADAS.....	23
9. INVESTIMENTOS.....	24
10. IMOBILIZADO.....	24

a.	Abertura do imobilizado.....	24
b.	Movimentação do imobilizado.....	25
11.	INTANGÍVEL.....	25
a.	Abertura do intangível.....	25
b.	Movimentação do intangível.....	25
12.	CONTAS A PAGAR.....	26
13.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	26
14.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	26
15.	MÚTUOS A PAGAR.....	27
16.	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES.....	28
17.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
a.	Capital social.....	28
b.	Reserva legal, dividendos e reserva de lucros.....	28
18.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	29
19.	CUSTOS DE VENDAS POR NATUREZA.....	29
a.	Custos totais.....	29
(i)	<i>Custos operacionais.....</i>	<i>30</i>
20.	DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	30
21.	RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	30
22.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	31
23.	RESULTADO POR AÇÃO.....	31
a.	Básico.....	31
b.	Diluído.....	31
24.	SEGUROS.....	32
25.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	32
26.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	32

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica Pindaí II Geração de Energia S.A.
Pindaí – BA – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Pindaí II Geração de Energia S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pindaí II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos

procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

***Impairment* de ativos não financeiros**

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados no montante de R\$ 102.531.391 e dos ativos intangíveis no montante de R\$ 7.986.520, notas explicativas nº 10 e 11, envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela Administração da Companhia para determinar o valor em uso da UGC incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC.

A Administração da Companhia não identificou necessidade de registrar uma redução ao valor recuperável dos ativos acima referidos relacionados à sua UGC.

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado e intangível da UGC da Companhia.

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as eventuais provisões para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso da UGC – Unidade Geradora de Caixa existente.

Utilizamos nossos especialistas para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como, comparamos as projeções com as expectativas do mercado e setor em que a UGC da Companhia atua.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento de receitas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente,

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela Administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Responsabilidade da administração pelas das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

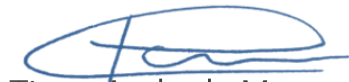
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 07 de março de 2025.

VBR Brasil - ValuConcept
Auditores Independentes S/S
CRC 2PR008722/O-5



Wesley Montechiani Figueira
Contador
CRC 1PR038884/O-7



Tiago Andrade Mancarz
Contador
CRC 3PR064611/O-2

ATIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.283.389	2.676.615
Contas a receber	6	1.797.194	1.755.748
Créditos tributários	-	-	3.416
Adiantamentos	7	1.295.782	815.847
Despesas antecipadas	8	127.480	80.648
Ativo circulante		8.503.845	5.332.274
Investimentos	9	1.324.344	-
Imobilizado	10	102.531.391	105.806.118
Intangível	11	7.986.520	8.235.685
Ativo não circulante		111.842.255	114.041.803
Total Ativo		120.346.100	119.374.077
PASSIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Contas a pagar	12	519.186	289.248
Obrigações tributárias	13	206.597	165.088
Empréstimos e financiamentos	14	2.842.506	2.503.619
Mútuos a pagar	15	-	374.013
Adiantamentos de clientes	16	7.336.000	-
Dividendos a pagar		35.935	35.935
Passivo circulante		10.940.224	3.367.903
Empréstimos e financiamentos	14	63.827.609	66.479.646
Passivo não circulante		63.827.609	66.479.646
Capital social	17.a.	49.223.697	49.223.697
Reservas de lucro	17.b.	-	302.831
(Prejuízos) acumulados	-	(3.645.430)	-
Patrimônio líquido		45.578.267	49.526.528
Total do Passivo e Patrimônio líquido		120.346.100	119.374.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	18	9.308.844	12.199.240
Custos das vendas	19	(7.700.902)	(6.638.625)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		1.607.942	5.560.615
Despesas gerais e administrativas		(578.659)	(270.505)
Despesas tributárias		(51.488)	(32.836)
Outras receitas (despesas), líquidas		31.700	16.427
(DESPESAS) OPERACIONAIS	20	(598.447)	(286.914)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		1.009.495	5.273.701
Receitas financeiras	21	609.804	317.116
Despesas financeiras	21	(5.089.327)	(4.959.411)
LUCRO (PREJUÍZO) APÓS EFEITOS FINANCEIROS		(3.470.028)	631.406
Imposto de renda e Contribuição social	22	(478.233)	(480.100)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.948.261)	151.306
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	23	4.922.369.673	4.922.369.673
Lucro (prejuízo) líquido por ação	23	(0,00080)	0,00003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Resultado do exercício	<u>(3.948.261)</u>	<u>151.306</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(3.948.261)</u></u>	<u><u>151.306</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Capital Social	Reservas		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.223.697	-	-	187.460	49.411.157
Lucro líquido do exercício	-	-	-	151.306	151.306
Constituição de reserva legal	-	7.565	-	(7.565)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(35.935)	(35.935)
Retenção de lucros	-	-	295.266	(295.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	49.223.697	7.565	295.266	-	49.526.528
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.948.261)	(3.948.261)
Compensação do prejuízo	-	(7.565)	(295.266)	302.831	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	49.223.697	-	-	(3.645.430)	45.578.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.532.838	2.037.570
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.948.261)	151.306
Itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	3.523.893	3.523.906
Atualização monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos	5.010.928	4.907.482
Atualização de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado	(111.458)	-
Variação nas contas de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	3.416	(321)
(Aumento) Redução em contas a receber	(41.446)	(1.201.452)
(Aumento) Redução em adiantamentos	(479.935)	(815.847)
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(46.832)	811.245
Aumento (Redução) em contas a pagar	229.938	(650.110)
Aumento (Redução) em adiantamentos de clientes	7.336.000	-
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	482.130	507.628
Pagamento de atualização monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.984.913)	(4.743.029)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(440.622)	(453.238)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	(1.212.886)	-
Aplicações em fundos de investimentos	(1.227.991)	-
Resgates de fundos de investimentos	15.105	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.713.178)	(1.673.842)
Captação de empréstimos	-	1.435.053
Amortização de principal de empréstimos	(2.713.178)	(3.108.895)
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades	2.606.774	363.728
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	2.676.615	2.312.887
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	5.283.389	2.676.615
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades	2.606.774	363.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Pindaí II Geração de Energia S.A., com sede no Município de Pindaí, situado no interior do Estado da Bahia, foi constituída em 22 de maio de 2018 e tem como objeto social a exploração da atividade de produção de energia elétrica renovável através da construção do Parque Eólico Corrupião II.

O Parque Eólico Corrupião II possui 18,80 MWh de potência instalada sendo constituído por 8 aerogeradores modelo E-92 fabricados pela Companhia Wobben Windpower.

A Companhia teve neste exercício o financiamento e recursos aprovados junto ao banco BNB, conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizado inicialmente em 2019. O que justifica a movimentação em seu passivo.

A licença de instalação foi obtida no ano de 2015 pelo antigo proprietário do projeto. A licença de alteração nº 8.191/2019 foi emitida pelo órgão ambiental em março de 2019, com vigência até abril de 2020 e renovado em 04 de abril de 2020 até 18 de abril de 2021.

Houve início da operação de teste em novembro de 2020 e início da operação comercial em abril de 2021.

Em maio de 2022, com aprovação da transformação societária, a Companhia anteriormente denominada Eólica Pindaí II Geração de Energia Ltda ou "Limitada" passou a denominar Eólica Pindaí II Geração de Energia S.A. ou "Sociedade Anônima" de capital fechado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião dos acionistas em 07 de março de 2025.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis somente a companhias abertas. Por decisão da Administração a DVA não foi apresentada utilizando o entendimento descrito.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Companhia. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidas para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perda resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

c. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas das demonstrações contábeis. Após análises, a Administração da Companhia considera que não há necessidade de constituições de provisões.

e. Ajuste a valor presente

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos.

Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo ativo, quando não atender ao conceito de registro na demonstração do resultado, respeitando o regime de competência.

f. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

f.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26/IAS 1; e	A classificação de certos passivos como circulantes ou não circulantes pode mudar e, além disso, as Companhias podem precisar fornecer novas divulgações para passivos sujeitos a <i>covenants</i> .
Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	Antes da alteração a Companhia que possuía uma dívida deveria ter um direito seja incondicional de adiar a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do relatório. Com a alteração foi removido o requisito de que um direito seja incondicional e, em vez disso, agora exige que um

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
	<p>direito de adiar a liquidação exista na data do relatório e tenha substância.</p> <p>Outra alteração é relativa aos passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros, as Companhias agora precisarão divulgar informações para ajudar os usuários a entender o risco de que esses passivos possam se tornar reembolsáveis dentro de 12 meses após a data do relatório.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.</p>
<p>Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16</p>	<p>A alteração do CPC 6 Arrendamentos encerrou as transações de sale-and-leaseback como uma proposta de financiamento off-balance sheet. No entanto, não encerrou os debates sobre a contabilidade de sale-and-leaseback.</p> <p>Os negócios em si são frequentemente altamente estruturados e podem ser materiais, especialmente para vendedores-arrendatários, e a contabilidade deles pode ser complexa. Avaliar se uma transação se qualifica para contabilidade de venda e leaseback sob o IFRS 16 é um julgamento fundamental. Calcular o lucro ou prejuízo na venda também nem sempre é intuitivo.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.</p>
<p>Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7</p>	<p>O IANBa alterou o CPC 3 Demonstração dos Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações introduzem requisitos de divulgação adicionais para Companhias que celebram esses acordos. No entanto, elas não abordam a classificação e a apresentação dos passivos e fluxos de caixa relacionados.</p> <p>As alterações prevalecem para operações onde um provedor de financiamento paga valores que o comprador deve aos seus fornecedores. Também quando uma Companhia concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos na mesma data ou em uma data posterior à data em que seus fornecedores são pagos. E por fim, quando a Companhia recebe prazos de pagamento estendidos ou os fornecedores se beneficiam de prazos de pagamento antecipados, em comparação com a data de vencimento do pagamento da fatura relacionada. As alterações não se aplicam a acordos de financiamento de contas a receber ou estoque.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.</p>

f.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

A seguir apresentamos a lista das alterações recentes que não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia, as quais deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2025 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil).

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	<p>O IASB alterou a IAS 21 para esclarecer quando uma moeda é trocável por outra moeda e como uma Companhia estima uma taxa à vista quando uma moeda não tem capacidade de troca.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia.</p>
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	<p>O IASB alterou o IFRS 9 <i>Financial Instruments</i> nos requisitos de classificação e mensuração. As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes.</p> <p>O IASB também alterou o IFRS 7 <i>Instrumentos Financeiros: Divulgações</i>. As Companhias agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros que tenham certas características contingentes.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia.</p>
1º de janeiro de 2026	<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards</i> – Volume 11.	<p>As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 <i>Instrumentos Financeiros</i> e IFRS 15 <i>Receita de Contratos com Clientes</i>, mais precisamente em como um arrendatário contabiliza o desreconhecimento de um passivo de arrendamento de acordo com o parágrafo 23 do IFRS 9 e sobre a mensuração inicial de contas a receber comerciais; e sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado constante no IFRS 15.</p> <p>As alterações incluem também a orientação sobre o desreconhecimento de passivos de arrendamento, como consequência da nova mensuração segundo o IFRS 9. A alteração no desreconhecimento de passivos de arrendamento se aplica somente aos passivos de arrendamento extintos no início do período de relatório anual em que a alteração é aplicada pela primeira vez.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação</p>

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia. As subsidiárias de Companhias que usam as Normas Contábeis IFRS podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.
Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado.	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)	Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Instrumentos financeiros

a.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.1.a. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas pelo regime de competência.

a.1.b. Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas

esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

a.1.c. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 avaliamos os ativos conforme as práticas mencionadas acima e não identificamos risco de perda no valor recuperável na data do balanço.

a.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contas a pagar, adiantamentos, empréstimos e mútuos.

b. Imobilizado

b.1. Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b.2. Depreciação

As taxas de depreciação a serem utilizadas terão como base as taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas Companhias do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo do direito de exploração concedido.

c. Intangíveis

O Ativo intangível registrado refere-se ao valor de custo histórico relativo ao direito de exploração de energia Eólica para o período de 35 anos, outorgado pela ANEEL.

Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração de energia, estudos dos ventos, crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento entre outros.

Tais intangíveis são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico, sendo realizada pelos menos uma vez ao final de cada exercício. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são escriturados por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

d. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *Impairment*

A administração da Companhia fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *impairment* conforme prevê a Seção 27 de Redução ao Valor Recuperável de Ativos na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo enquadramento tributário do Regime do Lucro Presumido, desta forma o Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados trimestralmente conforme o regramento tributário vigente.

f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g. Receita de contrato com cliente

A Companhia iniciou a geração de energia própria em novembro de 2020 como fase de teste e operação de comercialização em abril de 2021. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

4. GESTÃO DE RISCO

a. Risco de mercado

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco de Companhia.

b. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as suas atividades.

c. Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao Parque Eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

e. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

f. Risco da escassez de vento

A energia vendida pela atividade de geração eólica está diretamente ligada às condições climáticas e fatores naturais. A quantidade de energia vendida é determinada pelo potencial de energia instalada, estabelecida através de associação junto aos órgãos reguladores e especificada no contrato de concessão. Um período prolongado de baixo fluxo do vento pode impactar negativamente a capacidade de gerar receita, levando a custos adicionais na aquisição de energia de outras geradoras ou à redução das receitas, resultando em menor rentabilidade para o negócio. A mitigação desse risco se dá por meio da contínua análise dos fluxos de ventos gerados na região, a partir de novos estudos contratados, bem como dos contratos de compra de energia com clientes chave, não gerando perda de energia gerada e não negociada.

4.1 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Total dos empréstimos	66.670.115	69.357.278
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(5.283.389)</u>	<u>(2.676.615)</u>
Dívida líquida	<u>61.386.726</u>	<u>66.680.663</u>
Total do patrimônio líquido	<u>45.578.267</u>	<u>49.526.528</u>
Total do capital	<u><u>106.964.993</u></u>	<u><u>116.207.191</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	57,39	57,38

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Conta corrente	65	159
Aplicações financeiras	5.283.324	2.676.456
	<u>5.283.389</u>	<u>2.676.615</u>

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, sendo indexadas pelo CDI. As aplicações não possuem travas vinculadas aos empréstimos e a Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

As contas a receber apresentam os seguintes saldos:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Consumidores livres	1.797.194	1.755.748
	<u>1.797.194</u>	<u>1.755.748</u>

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de aproximadamente 45 dias.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de perdas de créditos estimadas.

7. ADIANTAMENTOS

Durante o exercício de 2023, os valores referentes à Fiança Bancária, tendo como fiador a sócia Wobben Windpower, foram reclassificados de seguros a apropriar para adiantamentos para liquidação futura. O montante reclassificado foi de R\$ 815.847, o qual será quitado pela acionista assim que fixada novas fianças bancárias exigidas pelo BNB – Banco do Nordeste. Em 2024, o saldo é de R\$ 1.295.782.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas apresentam os seguintes saldos:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Arrendamentos a apropriar	26.853	25.882
Seguro garantia para construção (a)	100.627	54.766
	<u>127.480</u>	<u>80.648</u>

(a) A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais, com coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas, junto a instituições seguradoras nacionais, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros, conforme Nota Explicativa nº 24.

Os valores máximos segurados relativo à responsabilidade civil são de R\$ 300.000, os quais abrangem todo o complexo incluindo a Pindaí I; Pindaí II; Pindaí III; Pindaí IV, sendo que as Companhias Pindaí II; Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos. Em 30 de janeiro de 2022 foi realizado a contratação de novo seguro para 5 anos, o qual também detalhamos na Nota Explicativa nº 24.

9. INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2024 a Companhia realizou aplicações em fundo de investimento, com *benchmark* de remuneração 100% do CDI.

Aplicação	Indexador	31.12.2024	31.12.2023
BNB Conta Reserva FI REF DI	100% do CDI	1.324.344	-
Não circulante		1.324.344	-

A movimentação do período foi a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	-	-
Aplicações	1.227.991	-
Rendimentos	111.458	-
Resgates (come-cotas)	(15.105)	-
Saldo final	1.324.344	-

10. IMOBILIZADO

a. Abertura do imobilizado

Vida útil	Custo	2024		2023	
		Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Bens em uso					
Edificações obra civil benfeitorias	35 anos	23.951.371	(2.548.907)	21.402.464	22.086.779
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	35 anos	90.673.585	(9.544.658)	81.128.927	83.719.339
		<u>114.624.956</u>	<u>(12.093.565)</u>	<u>102.531.391</u>	<u>105.806.118</u>

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo 2023	Aquisições	Saldo 2024
Bens em uso			
Edificações obra civil benfeitorias	23.951.371	-	23.951.371
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	90.673.585	-	90.673.585
Custo histórico	114.624.956	-	114.624.956
Edificações obra civil benfeitorias	(1.864.592)	(684.315)	(2.548.907)
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	(6.954.246)	(2.590.412)	(9.544.658)
Depreciação acumulada	(8.818.838)	(3.274.727)	(12.093.565)
Imobilizado líquido	105.806.118		102.531.391

Relativo ao ativo imobilizado, a acionista Wobben iniciou a concepção do parque eólico através dos estudos, projetos e contratação de consultorias. A operação do parque eólico teve seu início no fim do ano de 2020. Tal situação ocorreu devido a atrasos nas obras por conta do COVID, bem como, liberação de certidões do meio ambiente. A Companhia possui direito de exploração de energia eólica de 35 anos a partir da implantação e início da geração de energia, a qual iniciou no segundo semestre de 2020.

A Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste para o financiamento da construção do parque eólico. O recurso foi liberado em maio de 2022 conforme Nota Explicativa nº 14.

11. INTANGÍVEL

a. Abertura do intangível

	Vida útil	2024			2023
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Estudo de projetos	35 anos	8.713.200	(726.680)	7.986.520	8.235.685

b. Movimentação do intangível

	31.12.2023	Adições	Baixas	31.12.2024
Estudo de Projetos	8.713.200	-	-	8.713.200
Custo histórico	8.713.200	-	-	8.713.200
Estudo de Projetos	(477.515)	(249.165)	-	(726.680)
Amortização acumulada	(477.515)	(249.165)	-	(726.680)
Intangível líquido	8.235.685			7.986.520

O Ativo Intangível é relativo ao valor do projeto do parque eólico que apresenta o direito de exploração de energia eólica para o período de 35 anos. Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração e crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento para o total dos 420 meses.

Não foram identificadas perdas no valor recuperável deste ativo devido ao valor do fluxo de caixa esperado da operação não apresentar valor menor que o desembolso para aquisição do ativo.

12. CONTAS A PAGAR

A composição do contas a pagar é a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de mercadorias e serviços	417.804	191.793
Fornecedores transmissão	101.382	97.455
	<u>519.186</u>	<u>289.248</u>

O quadro abaixo demonstra a abertura do saldo de Fornecedores de mercadorias e serviços por vencimento:

	31.12.2024	31.12.2023
A vencer entre 0 e 30 dias	113.092	173.719
A vencer entre 30 e 60 dias	80.922	-
A vencer entre 60 e 90 dias	81.660	18.074
A vencer entre 90 e 120 dias	80.922	-
A vencer acima de 120 dias	162.590	97.455
	<u>519.186</u>	<u>289.248</u>

Os valores devidos a Wobben Windpower Indústria e Comércio foram quitados mediante a captação de valores pré-aprovados de financiamento junto ao Banco BNB. Conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizados e detalhados em nota explicativa nº 14.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias é a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
IRRF retido a recolher	637	830
IRPJ a recolher	84.049	62.510
CSLL a recolher	59.271	43.200
COFINS a recolher	26.536	25.265
PIS a recolher	5.750	5.474
Contribuições sociais a recolher	9.871	9.240
ISSQN retido a recolher	3.082	1.907
INSS retido a recolher	17.401	16.662
	<u>206.597</u>	<u>165.088</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia iniciou a apresentação de estudo e solicitação inicial para obtenção do crédito de financiamento para construção do parque eólico junto ao BNB – Banco do Nordeste. Conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizados inicialmente, determinando as obrigações do creditado para efetivação e liberação dele. O total do recurso liberado em maio de 2022 foi de R\$ 72.297.730.

A composição do saldo, remuneração da instituição financeira e vencimento final é como segue:

Instituição financeira	Atualização monetária e taxa de juros a.a.	Vencimento final	31.12.2024	31.12.2023
BNB - Banco do Nordeste	IPCA + 2,3323%	15/04/2039	66.670.115	68.983.265
Circulante			2.842.506	2.503.619
Não circulante			63.827.609	66.479.646

A movimentação do período foi a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	68.983.265	70.866.667
Captações	-	-
Atualização monetária e juros do período	5.010.928	4.851.845
Amortização de principal	(2.339.165)	(2.047.855)
Pagamento atualização monetária e juros	(4.984.913)	(4.687.392)
Saldo final	66.670.115	68.983.265

(a) Garantias e covenants

Foram constituídas as seguintes garantias reais e cláusulas restritivas (covenants):

- (i) Fiança bancária;
- (ii) Contratação de seguros para a construção da obra e operação; e
- (iii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reversa (conta corrente e aplicação financeira na própria instituição financeira), que corresponderá a no mínimo 2,5313% do valor efetivamente desembolsado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as garantias e covenants foram devidamente cumpridas.

15. MÚTUOS A PAGAR

Durante o exercício de 2023 a Companhia captou empréstimos com partes relacionadas, que foram liquidados em 2024. Abaixo detalhamento das operações em posição patrimonial e a movimentação do período.

Mutuante	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31.12.2024	31.12.2023
Eólica Pindaí IV Geração de Energia S.A.	IPCA + 5% a.a.	15 de maio de 2023	-	374.013
Circulante			-	374.013

A movimentação do período foi a seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	374.013	-
Captações	-	1.435.053
Atualização monetária e juros do período	-	55.637
Amortização de principal	(374.013)	(1.061.040)
Pagamento atualização monetária e juros	-	(55.637)
Saldo final	<u>-</u>	<u>374.013</u>

16. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Durante o exercício de 2024, os valores se referem à adiantamento do cliente Tradener, os quais serão compensados através de liquidação futura com os faturamentos dos meses seguintes. O montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.336.000 (sem valor nas cifras comparativas).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 04 de fevereiro de 2022 houve a integralização de capital mediante a emissão de novas ações na quantidade de 1.072.927.415 a R\$ 0,01 cada uma, totalizando R\$ 10.729.274.

Em fevereiro de 2022, houve início ao processo de transformação societária da Companhia de "Limitada" ou "Ltda" para "Sociedade Anônima" ou "S.A.". O processo foi concluído em maio de 2022.

Em 01 de julho de 2022 houve a conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e emissão de novas ações na quantidade de 10.000.000 a R\$ 0,01 cada uma, totalizando a R\$ 100.000.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social é composto por 4.922.369.674 ações a R\$ 0,01 cada uma, totalizando R\$ 49.223.697.

A quantidade de ações está assim distribuída:

	%	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus	46%	2.274.721.129	2.274.721.129
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	54%	2.647.648.545	2.647.648.545
	100%	<u>4.922.369.674</u>	<u>4.922.369.674</u>

b. Reserva legal, dividendos e reserva de lucros

Conforme Art 193 da Lei nº 6.404 de 1976, a reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme Art. 202, inciso I e § 2º da Lei nº 6.404 de 1976, quando o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as parcelas do resultado foram assim distribuídas:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(3.948.261)	151.306
Reserva legal - 5%	-	(7.565)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(35.935)
Parcela destinada à reserva de lucros (compensação de prejuízos)	<u>(3.948.261)</u>	<u>107.806</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reserva de lucros é assim apresentada:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucros (prejuízos) acumulados saldo inicial	295.266	187.460
Parcela destinada à reserva de lucros (compensação de prejuízos)	(295.266)	107.806
Saldo final da reserva de lucros	<u>-</u>	<u>295.266</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita Operacional Bruta		
Vendas bilaterais - longo prazo	9.654.098	12.648.256
Receitas C.C.E.E.	7.390	13.124
	<u>9.661.488</u>	<u>12.661.380</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(62.800)	(82.299)
COFINS	(289.844)	(379.841)
	<u>(352.644)</u>	<u>(462.140)</u>
	<u>9.308.844</u>	<u>12.199.240</u>

19. CUSTOS DE VENDAS POR NATUREZA

a. Custos totais

	31.12.2024	31.12.2023
Liquidação C.C.E.E.	(10.736)	(8.019)
Custos de comercialização	(13.087)	(12.465)
Custos operacionais (i)	(7.677.079)	(6.618.141)
	<u>(7.700.902)</u>	<u>(6.638.625)</u>

(i) Custos operacionais

	31.12.2024	31.12.2023
Softwares e equipamentos	(1.518)	-
Comissões e consultorias	(39.805)	-
Depreciação e amortização	(3.523.893)	(3.523.906)
Custo operação e manutenção (O&M)	(4.111.863)	(3.094.235)
	<u>(7.677.079)</u>	<u>(6.618.141)</u>
O&M - Telefone/ internet/ link	(37.116)	(38.359)
O&M - Seguros	(198.500)	(190.457)
O&M - Segurança/Vigilância/Limpeza	(93.406)	(86.028)
O&M - Taxas de fiscalização	(77.019)	(74.608)
O&M - Custos ambientais	(133.626)	(176.093)
O&M - Operação da usina	(98.094)	(133.857)
O&M - Manutenção de equipamentos	(1.682.808)	(698.179)
O&M - Arrendamentos e alugueis	(95.613)	(95.135)
O&M - Manutenção instalações	(240.845)	(200.326)
O&M - Encargos de transmissão e distribuição	(1.226.328)	(1.183.064)
O&M - Cessão de uso da subestação	(228.508)	(218.129)
	<u>(4.111.863)</u>	<u>(3.094.235)</u>

20. DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais apresentam a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Serviços de terceiros	(555.080)	(207.589)
Utilidades e serviços	(7.785)	(62.916)
Impostos, taxas e multas	(51.487)	(32.836)
Consultorias	(15.000)	-
Anuidades	(795)	-
Venda de certificado de energia renovável - IREC	31.700	16.427
	<u>(598.447)</u>	<u>(286.914)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas Financeiras		
Rendimento aplicações financeiras	609.694	316.796
Juros sobre valores a receber	110	320
	<u>609.804</u>	<u>317.116</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.555.628)	(4.907.482)
Juros pagos	(5.252)	(40.676)
Taxas e despesas bancárias	(528.447)	(2.848)
Multas pagas	-	(8.405)
	<u>(5.089.327)</u>	<u>(4.959.411)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.479.523)</u>	<u>(4.642.295)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, está a seguir demonstrada:

	31.12.2024	31.12.2023
Vendas bilaterais	9.654.098	12.648.256
Receitas C.C.E.E.	7.390	13.124
	<u>9.661.488</u>	<u>12.661.380</u>
Base de cálculo presumida imposto de renda (8%)	772.919	1.012.910
Base de cálculo presumida contribuição social (12%)	1.159.379	1.519.366
Outras receitas operacionais e Receitas financeiras	601.940	335.676
Base de cálculo Imposto de renda	1.374.859	1.348.586
Base de cálculo Contribuição Social	1.761.319	1.855.042
Imposto de renda (15%)	(206.228)	(202.287)
Imposto de renda adicional (10%)	(113.486)	(110.859)
Imposto de renda total	(319.714)	(313.146)
Contribuição social (9%)	(158.519)	(166.954)
Total de IRPJ e CSLL do período	<u>(478.233)</u>	<u>(480.100)</u>

23. RESULTADO POR AÇÃO

a. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há ações em tesouraria mantidas no patrimônio líquido da Companhia. O prejuízo por ação, fica assim apresentado:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(3.948.261)	151.305
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	4.922.369.673	4.922.369.673
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	<u>(0,0008)</u>	<u>0,00003</u>

b. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía potenciais ações ordinárias com efeitos diluidores.

24. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros para todo o complexo de geração de energia.

Os valores máximos segurados para risco de engenharia são de R\$ 193.899.849, definidos como coberturas de riscos operacionais, lucros cessantes/interrupção de negócio, conforme SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) informados na apólice vigente durante o exercício de 2024 e 2023. Tais montantes abrangem todo o complexo de geração de energia, incluindo assim a Pindaí I e como cossegurado (s); Pindaí II; Pindaí III; Pindaí IV, sendo que as Companhias Pindaí II; Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Objeto segurado</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Importância segurada</u>
Imobilizado	Construção, Fornecimento e Prestação de Serviços	Limitado aos saldos contábeis
Fiança bancária	Garantia de inadimplência	100% do valor do financiamento contratado

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Não houve remuneração de nenhuma natureza a administradores ao longo dos exercícios de 2024 e 2023.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes que se fizessem necessários ajustes até a emissão desta demonstração financeira.

* * * * *